

RESOLUÇÃO CONESP/PCBA Nº 01 DE 19.02. 2026.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Civil da Bahia.

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 15, da Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Civil, na forma do Anexo que integra esta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

André Augusto de Mendonça Viana
Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil da Bahia

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

CAPÍTULO I NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º - O Conselho Superior da Polícia Civil, Órgão colegiado, vinculado à Polícia Civil do Estado da Bahia, integrado por policiais civis, de caráter consultivo e deliberativo, criado pela Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, com sede e foro no Município de Salvador, tem por finalidade a proposição e a definição das políticas de gestão institucional da Polícia Civil do Estado da Bahia, nos termos da legislação.

Parágrafo único - O Conselho Superior da Polícia Civil, Órgão de Direção Superior da Polícia Civil do Estado da Bahia, funciona em auxílio ao Delegado-Geral da Polícia Civil.

Art. 2º - Compete ao Conselho Superior da Polícia Civil:

- I - deliberar sobre o planejamento estratégico e a proposta orçamentária anual da Polícia Civil do Estado da Bahia;
- II - propor medidas de aprimoramento técnico e de modernização institucional, visando ao desenvolvimento e à eficiência das atividades da Polícia Civil do Estado da Bahia;

III - examinar, propor e opinar sobre atos normativos pertinentes ao serviço policial civil, bem como os demais atos que lhe sejam submetidos;

IV - recomendar ao Corregedor-Chefe da Polícia Civil a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra servidores do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado da Bahia;

V - propor a outorga da Medalha do Mérito Policial Civil - "Cruz da Ordem" - após aprovação da proposta respectiva formulada por membro do Conselho.

Parágrafo único - O assessoramento e a consultoria do Conselho Superior da Polícia Civil nas questões de natureza jurídica serão prestados, na forma da legislação em vigor, pela Procuradoria Geral do Estado - PGE.

CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Superior da Polícia Civil, integrado por policiais civis, tem a seguinte composição:

I - o Delegado-Geral da Polícia Civil, que o presidirá;

II - o Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil;

III - o Delegado - Geral Adjunto de Operações da Polícia Civil;

IV - o Corregedor-Chefe da Polícia Civil;

V - o Diretor da Academia da Polícia Civil;

VI - os Diretores dos Departamentos da Polícia Civil;

VII - 02 (dois) representantes da ativa das carreiras de Delegado de Polícia, de Escrivão de Polícia e de Investigador de Polícia.

§ 1º - Integram o Conselho Superior da Polícia Civil membros natos e membros representativos das carreiras de Delegado de Polícia, de Escrivão de Polícia e de Investigador de Polícia, da ativa, que, juntamente com seus suplentes, serão nomeados pelo Delegado-Geral da Polícia Civil.

§ 2º - O Conselho Superior da Polícia Civil será presidido pelo Delegado-Geral da Polícia Civil e terá por Vice-Presidente, o Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil.

§ 3º - Nas faltas ou impedimentos eventuais do Presidente, a reunião será presidida pelo Vice-Presidente, sendo que na ausência de ambos, a sessão será conduzida pelo Delegado - Geral Adjunto de Operações da Polícia Civil.

§ 4º - Os membros representativos serão designados por ato do Presidente do Conselho.

§ 5º - Os mandatos dos membros natos coincidirão com os períodos em que estes estiverem ocupando os respectivos cargos em comissão.

§ 6º - Os mandatos dos membros representativos terão duração de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, contada da data da posse, vedada a recondução consecutiva.

§ 7º - O Conselho Superior da Polícia Civil poderá, por decisão da maioria simples, rejeitar a indicação de membros representativos.

§ 8º - A posse e o exercício dos Conselheiros observarão o disposto no art. 37, deste Regimento.

§ 9º - Os membros do Conselho serão substituídos, em suas ausências e impedimentos pelos respectivos suplentes.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O Conselho Superior da Polícia Civil tem a seguinte organização:

I - Presidência;

II - Plenário;

III - Secretaria Executiva.

Art. 5º - À Presidência compete dirigir os trabalhos, bem como coordenar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades do Conselho.

Art. 6º - Compete privativamente ao Plenário, além do exercício das competências enumeradas no art. 2º deste Regimento:

I - apreciar as matérias que lhe sejam submetidas;

II - deliberar sobre os atos do Presidente do Conselho, quando praticados *ad referendum*;

III - aprovar o Regimento do Conselho e proceder a suas alterações.

IV - elaborar e aprovar o planejamento estratégico do Conselho Superior da Polícia Civil.

Art. 7º - Compete à Secretaria Executiva:

I - coordenar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho;

II - subsidiar, assessorar, coletar e sistematizar informações que permitam ao Conselho exercer as suas competências;

III - coordenar a realização de ações em cumprimento às decisões do Conselho;

IV - organizar e acompanhar as atividades necessárias ao funcionamento do Conselho.

§1º - O Gabinete do Delegado-Geral, Órgão integrante da estrutura da Polícia Civil do Estado da Bahia e dirigido pelo Chefe de Gabinete, funcionará como Secretaria Executiva do Conselho Superior da Polícia Civil.

§2º - As atividades de apoio administrativo do Conselho Superior da Polícia Civil serão exercidas por um servidor da ativa designado pelo Presidente do Conselho, que exercerá a função de Secretário Executivo.

CAPÍTULO IV FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 8º - O Conselho Superior da Polícia Civil reunir-se-á, a cada quadrimestre, na forma presencial ou remota, em reuniões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou a requerimento de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão realizadas de acordo com o calendário anual, previamente aprovado pelo Plenário, inclusive com distribuição de pauta com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas no curso da reunião ordinária ou, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, determinando o local, hora e pauta.

§ 3º - A pauta da reunião extraordinária será encaminhada junto com a convocação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§ 4º - As justificativas de ausências dos Conselheiros Titulares deverão ser apresentadas à Secretaria Executiva do Conselho Superior da Polícia Civil até 02 (dois) dias úteis após a reunião.

§ 5º - Para instalação das reuniões ordinárias e extraordinárias será exigido o quórum correspondente a pelo menos 30% (trinta por cento) de seus membros, incluindo o Presidente.

§ 6º - Não havendo quórum até a hora estabelecida para o início da reunião, será lavrado termo de presença, ficando o expediente e a ordem do dia transferidos para a reunião imediata, se o Presidente não preferir convocar reunião extraordinária.

Art. 9º - As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião, que procederá ao registro, autuação, e, se for o caso, distribuição para sua relatoria.

Art. 10 - As deliberações do Conselho Superior da Polícia Civil serão tomadas pela maioria dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, no caso de empate.

Art. 11 - Todos os membros do Conselho terão direito a voto nas reuniões deliberativas.

Art. 12 - Para cada matéria submetida à apreciação do Conselho haverá um relator, cujo voto, transcrito em ata, será fundamentado e incorporado ao Processo.

Art. 13 - Nas reuniões do Conselho será observada a seguinte ordem dos trabalhos:

I - abertura pelo Presidente;

II - verificação do *quorum* de instalação da reunião;

III - leitura da pauta da ordem do dia;

IV - designação, pelo Presidente, de relator para a matéria, quando for o caso;

V - exames de processos, discussão e votação da ordem do dia;

VI - apreciação das matérias objeto de vista regimental na reunião;

VII - comunicações, requerimentos e apresentação de moções;

VIII - leitura e assinatura das resoluções aprovadas;

IX - comunicações gerais do Presidente;

X - o que ocorrer;

XI - leitura, aprovação e assinatura da Ata, quando possível;

XII - encerramento.

Parágrafo único - Os assuntos incluídos na pauta que, por qualquer motivo, não forem discutidos e votados, deverão constar, da pauta da reunião ordinária seguinte, com preferência sobre os demais.

Art. 14 - Qualquer Conselheiro poderá pedir retificação da Ata, quando de sua votação, fazendo constar de seu texto as alterações propostas.

Art. 15 - As reuniões serão fechadas, podendo ser abertas ao público, quando autorizado pelo Plenário e, se for o caso, concedido o direito de pronunciamento, mas não de voto.

Art. 16 - A apreciação da matéria constante da ordem do dia obedecerá à seguinte disposição:

I - apresentação do parecer pelo Relator;

II - discussão;

III - votação.

Art. 17 - Nas deliberações, feito o relatório, proceder-se-á à tomada de votos, iniciando-se pelo relator, observando-se, a partir daí a ordem prevista no art. 3º, deste Regimento.

Art. 18 - A proclamação das decisões constará de certidão, que será juntada aos autos.

§ 1º - Na certidão deverá constar:

I - nome do Conselheiro que presidiu a sessão;

II - nomes dos demais Conselheiros presentes à sessão;

III - identificação do processo apreciado, o sumário da deliberação e o registro dos votos vencidos, se houver.

§ 2º - Não se expedirá certidão das decisões proferidas nos casos de matéria reservada por decisão do Conselho, salvo a requerimento do próprio interessado.

Art. 19 - A ata, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Conselheiros presentes, preferencialmente, na respectiva sessão, bem como publicada na intranet da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Parágrafo único - A ata será lavrada e também assinada pelo servidor designado para a Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 20 - As decisões serão explicitamente motivadas, devendo constar dos autos síntese das razões do voto prevalente.

Art. 21 - O Plenário decidirá de pronto, sobre os pedidos de preferência para a discussão e votação de qualquer matéria incluída na ordem do dia.

Art. 22 - As decisões do Conselho serão convertidas em Resoluções, de caráter deliberativo ou de recomendação, com respectiva publicação na intranet da Polícia Civil do Estado da Bahia e/ou Diário Oficial do Estado, quando for o caso.

Art. 23 - Qualquer Conselheiro poderá formular pedido de vista sobre matéria da ordem do dia, que será de imediato apreciado e decidido por maioria simples do Colegiado e, caso aprovado, ficará sua discussão e votação transferidas para a próxima sessão ordinária ou extraordinária, convocada para este fim.

§ 1º - Acolhido o pedido de vista pelo Colegiado, o Conselheiro deverá apresentar relatório escrito até 15 (quinze) dias após o pedido.

§ 2º - A Secretaria Executiva do Conselho Superior da Polícia Civil terá o prazo de mais 05 (cinco) dias úteis para distribuir o relatório para os demais Conselheiros.

Art. 24 - Dos atos e decisões do Conselho não caberá recurso.

CAPÍTULO V **ATRIBUIÇÕES**

Seção I **Do Presidente**

Art. 25 - Cabe ao Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil:

I - representar o Conselho Superior da Polícia Civil nas suas relações institucionais, bem como divulgar e promover o conhecimento de suas atividades e funcionamento;

II - apurar e proclamar o resultado das votações e proferir voto de qualidade no caso de empate;

III - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, apenas, o voto de desempate;

IV - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Conselho;

V - representar o Conselho ou designar Conselheiro para que o represente em determinadas ações, quando julgar necessário;

VI - submeter ao Plenário matérias para sua apreciação e decisão;

VII - proceder à distribuição dos processos e outras matérias entre os demais membros do Conselho para exames e relatórios;

VIII - aprovar as pautas das reuniões e estabelecer as prioridades das matérias a serem apreciadas pelo Conselho;

IX - designar relatores para os processos submetidos à apreciação do Conselho;

X - determinar a convocação de servidores, quando julgar necessário, para elucidação de assuntos objeto de apreciação pelo Conselho;

XI - despachar, independentemente de exame pelo Plenário, os processos cuja matéria tenha sido objeto de decisão do Conselho;

XII - fazer, executar e acompanhar as resoluções do Conselho;

XIII - autorizar atos *ad referendum* do Plenário, submetendo-os a este na primeira reunião a ser realizada;

XIV - decidir questões de ordem, apurar e proclamar resultados da votação;

XV - propor ou reconhecer a urgência ou preferência para discussão e votação de qualquer matéria da ordem do dia;

XVI - subscrever as Resoluções do Conselho;

XVII - dar posse a Conselheiros, titulares, suplentes e Secretário Executivo;

XVIII - convocar suplentes para substituir membros do Conselho, na forma deste Regimento;

XIX - convocar Delegados de Polícia e integrantes do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional para prestarem esclarecimentos ou informar sobre assuntos a respeito dos quais o Conselho tenha que deliberar;

XX - designar dia para julgamento dos processos;

XXI - convocar sessões extraordinárias;

XXII - apresentar ao Conselho o relatório dos trabalhos de cada semestre;

XXIII - exercer outras atribuições inerentes à função ou previstas neste Regimento;

XXIV - propor modificações deste Regimento.

Parágrafo único - Ao Presidente do Conselho não será distribuído processo para relatar.

Seção II

Dos Membros do Conselho

Art. 26 - Cabe aos Membros do Conselho:

I - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, justificando antecipadamente a sua ausência, em caso de impedimentos eventuais;

II - analisar e relatar os processos que lhes tenham sido distribuídos no prazo determinado pelo Presidente e, no silêncio deste, dentro do prazo de 10 (dez) dias seguintes ao recebimento dos autos;

III - solicitar a realização de diligências, quando necessárias à elucidação da matéria sob sua análise;

IV - analisar, discutir e votar a matéria constante da ordem do dia;

V - aprovar a proposta de pauta complementar nas reuniões do Conselho;

VI - submeter ao Plenário matérias para sua apreciação e decisão;

VII - comunicar ao Presidente qualquer irregularidade de que tenha conhecimento e que diga respeito a assunto da competência do Conselho;

VIII - acatar as decisões do Conselho;

IX - tomar as providências para o cumprimento das decisões do Conselho;

X - representar o Conselho, quando designado pelo Presidente;

XI - providenciar, nos prazos preestabelecidos, a apresentação das matérias que lhes forem distribuídas para discussão e decisões nas reuniões;

XII - propor modificações deste Regimento;

XII - exercer outras atribuições inerentes à função ou previstas neste Regimento.

Seção III **Do Secretário Executivo**

Art. 27 - Cabe ao Secretário Executivo do Conselho:

I - assessorar e assistir o Presidente e demais membros do Conselho no desempenho de suas atribuições;

II - coordenar a adoção de medidas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

III - receber as matérias para apreciação do Conselho, autuá-las, instruí-las e proceder a sua distribuição;

IV - preparar a agenda e a pauta das reuniões do Conselho, diligenciando o seu prévio encaminhamento aos Conselheiros e respectivos suplentes;

V - gerenciar e dirigir o expediente administrativo do Conselho, responsabilizando-se pela convocação dos Conselheiros Titulares ou suplentes para as reuniões agendadas;

VI - transmitir aos membros do Conselho convocações e pautas das reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 08 (oito) dias da data da reunião, excetuando os relatores, para os quais a antecedência mínima deverá ser de 15 (quinze) dias;

VII - transmitir aos membros do Conselho convocações e pautas das reuniões extraordinárias, com antecedência mínima 72 (setenta e duas) horas da data da reunião;

VIII - preparar os atos e correspondências do Conselho;

IX - coordenar o fluxo de informações e organizar a documentação do Conselho;

X - controlar o cumprimento dos prazos regimentais;

XI - participar e secretariar as reuniões do Conselho e as reuniões da Secretaria Executiva, responsabilizando-se pela elaboração e leitura das suas respectivas Atas, abrindo e encerrando cada reunião com a circulação do seu termo;

XII - elaborar relatórios de atividades do Conselho;

XIII - encaminhar matérias para despacho do Presidente;

XIV- informar, sistematicamente, ao Presidente, sobre todas as atividades do Conselho;

XV - cumprir as determinações da Presidência e do Plenário na realização de tarefas inerentes à sua função;

XVI - zelar pelas instalações, pela ordem e pelo sigilo dos assuntos tratados nas reuniões;

XVII - vedar o acesso de terceiros aos assuntos em tramitação ou a qualquer documento arquivado, salvo quando formalmente solicitado e deferido pela Presidência do Conselho;

XVIII - solicitar, das unidades policiais ou administrativas, por ordem do Presidente, ou por quem o substituir nas suas ausências e impedimentos, informações para esclarecimento e orientação dos Conselheiros;

XIX - preparar os processos submetidos ao Conselho, juntando, ao final, extrato de ata relativo aos votos orais e respectiva decisão final;

XX - colecionar e conservar arquivadas as cópias das atas, assim como dos pareceres e relatórios dos Relatores em pastas nominadas para cada conselheiro;

XXI - providenciar a publicação das Resoluções do Conselho no Diário Oficial do Estado, quando couber;

XXII - exercer outras atribuições inerentes à função ou previstas neste Regimento.

Art. 28 - A participação dos membros no Conselho Superior da Polícia Civil não prejudicará o regular desempenho das atribuições na Polícia Civil.

Art. 29 - O Conselheiro que tiver interesse imediato no processo em julgamento não poderá votar.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - O comparecimento às reuniões do Conselho é obrigatório, devendo ser comunicado o motivo de todas as ausências, entretanto, poderá ser justificado as ausências que se derem em razão de doença ou por outro motivo avaliado justo, quando deverão ser comunicados à Secretaria Executiva, em tempo hábil, por diligência do interessado.

Art. 31 - Poderão participar das reuniões do Conselho Superior da Polícia Civil, convidados que, por seus conhecimentos, possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 32 - As autoridades ou servidores da Administração Pública Estadual direta e indireta prestarão colaborações e informações nos assuntos que lhe forem pertinentes, submetidas à apreciação do Conselho Superior da Polícia Civil.

Art. 33 - A participação dos membros do Conselho Superior da Polícia Civil não será remunerada, mas considerada serviço público relevante.

Parágrafo único - As eventuais despesas com viagens e diárias dos Conselheiros ficarão a cargo dos Órgãos, que os representam.

Art. 34 - É vedada aos membros e servidores do Conselho a divulgação ou a utilização de dados, informações ou documentos, para qualquer finalidade estranha aos serviços do Órgão.

Art. 35 - Todos os Conselheiros têm livre acesso à documentação do Conselho Superior da Polícia Civil, mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho, observado o sigilo legal.

Art. 36 - As resoluções do Conselho, independentemente de outras formas de divulgação, deverão ser publicadas, na íntegra ou em resumo, na intranet da Polícia Civil e no Diário Oficial do Estado, quando couber.

Art. 37 - O Termo de Investidura de cada Conselheiro será assinado na data da posse, perante a Presidência do Conselho, de igual forma nos casos de substituição.

Art. 38 - A Secretaria Executiva do Conselho, às expensas da Polícia Civil do Estado da Bahia, disponibilizará apoio administrativo, de recursos humanos, técnicos e logísticos necessários à operacionalização das reuniões do Conselho.

Art. 39 - A Presidência do Conselho adotará medidas necessárias à consolidação e publicação das matérias apreciadas.

Art. 40 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta subscrita pelo Presidente ou por qualquer membro do Conselho, aprovado pela maioria absoluta dos membros do Colegiado.

Art. 41 - Os membros representativos do Conselho, titulares e seus suplentes, escolhidos na forma do art. 3º deste Regimento deverão ser indicados no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de sua publicação.

Parágrafo único - Os membros representativos a que se refere o *caput* deste artigo tomarão posse perante o Conselho Superior, constituído em reunião extraordinária.

Art. 42 - O Conselho será instalado no prazo máximo de 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do presente Regimento Interno, no Diário Oficial do Estado.

Art. 43 - O Plenário decidirá sobre os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação deste Regimento.

André Augusto de Mendonça Viana
Delegado - Geral da Polícia Civil da Bahia